
ARTIGOS

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A REALIDADE BRASILEIRA

*Manuel Correia de Andrade **

1. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Não podemos falar em um pensamento geográfico autônomo antes da segunda metade do século XIX, graças à contribuição dada pelos mestres alemães Alexandre de Humboldt, Karl Ritter e Frederico Ratzel. Na verdade, considerações de interesse geográfico, análise indireta sobre o relacionamento homem-meio e a forma de ocupação e de organização do espaço foram objeto de observações e de preocupações entre os sábios gregos — Heródoto, Homero, Estrabão, Aristóteles, Ptolomeu —, entre os pragmáticos escritores romanos e durante a Idade Média. Bernardo Varenius viveu e escreveu no século XVIII, quando se procedia a uma verdadeira revolução no conhecimento científico, graças às descobertas de Copérnico — sistema solar heliocêntrico —, de Newton — lei da gravitação universal —, de Kepler — lei da mecânica celeste — e de Galileu — descoberta do movimento de rotação da Terra —, que provocariam, naturalmente, reflexões e estudos de filósofos e pensadores que tinham compromissos com a compreensão do papel desempenhado pelo homem na superfície do planeta. Daí não podermos esquecer a contribuição de pensadores de formações científicas as mais diversas, que em trabalhos descomprometidos, ou trabalhos que visavam defender os interesses de seus próprios países, pensaram geograficamente em certos problemas. Daí considerarmos do maior interesse para o pensamento geográfico uma certa familiaridade dos geógrafos com a leitura de trabalhos como os de Maquiavel — *O Príncipe* — de Rousseau — *O Contrato Social* — e de Montesquieu — *O Espírito das Leis* —, para mencionar apenas alguns dos autores mais citados, embora nem sempre bem conhecidos.

* Professor de Geografia Econômica da Universidade Federal de Pernambuco.

Só no século XIX, com o ensino da Geografia implantado e prestigiado em universidades européias, é que o pensamento geográfico passou a ter um desenvolvimento autônomo, a formular princípios gerais que dariam a este ramo do conhecimento uma certa independência frente à História e às Ciências Naturais, fornecendo os alicerces para o pensamento geográfico atual, para a verdadeira Nova Geografia. Isto porque não podemos conceber uma Nova Geografia surgida de repente, como por geração espontânea, sem vinculações com a Geografia dita Clássica ou Tradicional. O conhecimento científico especializado não é obra de uma geração, e muito menos de um grupo isolado que, considerando-se auto-suficiente e detentor de uma verdade isolada e universal, renegue toda a influência acumulada por séculos e gerações de estudiosos e pensadores. Nova Geografia é aquela que, tomando conhecimento de novas técnicas e descobertas científicas, procura enriquecer, consolidando ou modificando, conceitos e modos de pensar elaborados pelos especialistas que a antecederam. Isto porque não existe uma ciência isolada das demais e desenvolvida em uma universidade, uma região ou um país e mantida ligada ao seu berço por um permanente cordão umbelical. O pensamento científico se desenvolve em um processo que caminha com aperfeiçoamentos e recuos, conforme a maior ou menor possibilidade de utilização de novas técnicas e a agregação de novos conceitos. Não pode ser dogmático, se é realmente científico, e não pode resultar senão de uma evolução. Dificilmente pode uma ciência resultar de um fenômeno semelhante a uma mutação biológica.

Os fundadores da Geografia não a inventaram partindo do nada; Humboldt, como botânico, viajou pelo mundo, observando as formações vegetais mais diversificadas para chegar a conclusões de que estas formações estavam na dependência de condições naturais — de solos, de climas, de relevo, etc. — e partir da botânica sistemática para a biogeografia. Da mesma forma Karl Ritter, como filósofo e historiador, necessitou viajar — permaneceu muitos anos na Itália — e, baseado no seu conhecimento histórico-filosófico, passou a fazer ligações entre as formas de ocupação do espaço — embora não empregasse esta expressão — em várias partes do planeta e a procurar estabelecer correlações e analogias, e Frederico Ratzel, como zoólogo e etnógrafo, introduziu o homem no campo geográfico, sem se libertar da sua formação científico-profissional — daí a sua impressão de que pouco podia fazer o homem diante das condições naturais, daí o seu determinismo, bastante exacerbado pelos seus discípulos norte-americanos, Huntington e Helen Simple. Assim, acostumado a estudar a vida dos povos primitivos, muito dependentes do meio natural, que passavam todo o tempo a se ambientar às variáveis condições estacionais, partiu para

concluir que o homem, mesmo dominando técnicas avançadas, continuava a depender destas condições.

Todos estes elementos levaram os geógrafos alemães a racionalizar uma Geografia que valorizava o determinismo geográfico, que iria ao encontro do pensamento filosófico e político alemão, num momento em que se realizava a unidade política das várias "Alemanhas" em um Império, sob a égide do Reino da Prússia. Este dogmatismo determinista justificaria a idéia de que as melhores condições naturais dariam margem à formação de uma raça de elite, fisicamente mais capacitada e, em conseqüência, tecnicamente mais evoluída. A rapidez com que se procedeu à Revolução Industrial na Alemanha, permitindo que em menos de 50 anos pudesse competir com a Inglaterra, aliada à sua frustração com a divisão do continente africano entre a Inglaterra e a França, países que realizaram a unidade política e a revolução industrial antes dos alemães, levariam estes a se considerarem superiores e a elaborar a teoria de que constituíam um povo superior e capaz de dominar o mundo, passando a tentar recuperar o tempo perdido através de guerras, como as duas chamadas Guerras Mundiais. E se o mestre-escola alemão foi considerado como um dos responsáveis pela vitória sobre a França em 1871, para a disputa do domínio universal contou a Alemanha com geógrafos, como Haushofer, que formularam a teoria política do espaço vital e que deram a maior importância à Geopolítica como instrumento de dominação dos povos vencidos.

A França daria maior importância aos estudos geográficos após a derrota de 1871 frente aos exércitos alemães, e partiria para a elaboração de uma teoria própria, mas que na realidade muito se abeberou no pensamento alemão. Dos seus dois grandes geógrafos, Elisée Reclus e Vidal de la Blache, o primeiro seria praticamente afastado da Universidade e viveria no exílio devido às suas posições políticas anarquistas — esteve comprometido com a Comuna de Paris —, e o segundo, profundamente enquadrado no pensamento político dominante (LACOSTE, 1975), realizou uma série de estudos regionais, de análises que poderíamos chamar de microgeográficas, onde procurou demonstrar que o meio exercia influência sobre o homem, mas que o homem tinha possibilidades de modificar e de melhorar o meio, dando origem ao possibilismo. Possibilismo que seria muito útil ao governo francês, não só por melhor conhecer e orientar a política de utilização dos recursos naturais do espaço francês, como também por tornar desnecessário o desenvolvimento de uma teoria radical como a da superioridade da raça branca sobre os nativos da Ásia e da África, de vez que o domínio colonial francês estava, nestes continentes, em fase de

consolidação. A França deglutiua, no início do século XX, o segundo império colonial da superfície da Terra, necessitando, naturalmente, de confundir a política colonial com os interesses humanitários de levar a civilização a povos incultos e capazes de ser educados e absorvidos pela civilização ocidental, em vez de pregar uma política de extermínio ou de conquista dos povos ditos inferiores.

Nos estudos geográficos publicados no Brasil, influenciados pela formação intelectual dos seus autores, as duas famosas escolas geográficas geralmente se apresentam como formas de pensamento que se contrapõem, ou também como um processo dialético em que a tese fosse o determinismo, a antítese o livre-arbitrismo e a síntese o possibilismo. Na realidade, nunca houve uma escola livre-arbitrista em Geografia, e o possibilismo, longe de se contrapor ao determinismo, foi mais o resultado de uma desradicalização do mesmo, uma forma atenuada do determinismo. Tanto que Vidal de la Blache nunca considerou a Geografia como uma ciência do homem, mas como uma ciência do lugar (CLAVAL, 1974: 73).

Nos primeiros anos do século XX, surgiram no Brasil trabalhos de alto interesse geográfico, embora não metodologicamente geográficos; só com Delgado de Carvalho, nascido e formado na França — convém salientar que ele não era geógrafo de formação, mas diplomado em Ciência Política —, é que se iniciaria a implantação do pensamento geográfico científico no país. Impressionado com a extensão territorial do Brasil, com o fato de grande parte do espaço brasileiro se encontrar ainda desocupado ou em processo de ocupação — o espaço indiferenciado de Bernard Kayser — e com a dominância de formas primitivas de exploração do solo, partiu o mestre franco-brasileiro para escrever uma fisiografia do Brasil, um estudo sobre o Brasil meridional e um pequeno trabalho de metodologia do conhecimento geográfico.¹ Iniciava-se o pensamento geográfico no Brasil, profundamente marcado pela influência da escola francesa, embora lutando com condições bem diversas, de vez que não se dispunha de um conhecimento da realidade brasileira ao nível do conhecimento da realidade francesa, de dados básicos sobre condições naturais e sociais, de informações estatísticas, etc. Além disto, sendo a Geografia apenas uma matéria ensinada no nível secundário e que ainda não adquirira o prestígio da cátedra universitária, era ela colocada em segundo plano,

1 *Physiografia do Brasil* — F. Brigueit & Cia. Editores. Rio de Janeiro, 1926; *Météorologie du Brésil*, John Bale & Dans & Danielsson Ltda., Oxford, 1917; *Le Brésil Meridional (Etude Economique sur les Etats de Sud)* Garnier Paris, 1910; *Metodologia do Ensino Geográfico*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1925.

dificultando o acesso aos meios necessários às pesquisas.² Daí resumir-se, até então, a um catálogo de nomes de lugares e de localizações de montes, de rios e de cidades.

A década de 30 marcaria o desenvolvimento do conhecimento geográfico com a colocação da Geografia nos currículos dos cursos superiores de Administração e Finanças — que deram origem aos modernos cursos de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis, de Administração e de Diplomacia — e nos cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Também a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o recrutamento, sobretudo, de engenheiros civis para os trabalhos de Geografia — então, os estudantes de Engenharia que concluíssem o curso de Topografia tinham o direito ao título de engenheiro geógrafo —, iria provocar a renovação do estudo e do ensino da ciência de Humboldt em nosso país.

A própria formação técnica dos engenheiros, que em seu curso superior estudavam Astronomia, Topografia e Geologia Econômica, levava-os a, fazendo Geografia, valorizar mais os elementos físicos que os elementos humanos. Por sua vez, o recrutamento de estudantes para as faculdades de Filosofia, em seus cursos de Geografia e História, fazia com que a maioria dos candidatos viesse da área humanística, com melhor formação nas Ciências do Homem, porque dificilmente um aluno de maior propensão para a Matemática e a Física optaria por um curso de Geografia, ligado ao de História. Daí a afluência, para estes cursos, de bacharéis em Direito ou de estudantes que na ausência de cursos de Geografia e História se dirigiam para as faculdades de Direito.

Com o IBGE, que se tornou rapidamente o grande centro de estudos geográficos no Brasil e que surgiu após a Revolução de 1930, num período em que os tenentes e os políticos, vitoriosos, se digladiavam à procura de um modelo brasileiro, desejando se abeberar em idéias e conhecimentos dominantes nos países estrangeiros, sobretudo na Europa, na União Soviética e nos Estados Unidos, seriam fornecidas as bases para a implantação daquilo que se chamaria o Estado Nacional. Incumbido de desenvolver, aperfeiçoar e ordenar o processo de coleta de

2 Não existindo ensino em nível superior de Geografia, tornava-se praticamente impossível as excursões didáticas com estudantes ao campo e até as pesquisas individuais dos estudiosos mais interessados. Não dispúnhamos de dados estatísticos sequer, de mapas detalhados nem de instituições que financiassem estudos ditos "desinteressados" de ciência pura, embora esses estudos pudessem ser, após a sua conclusão, de grande interesse para a solução de problemas os mais variados.

informações estatísticas, sem as quais não se poderiam medir as potencialidades do espaço brasileiro e racionalizar a modernização da máquina administrativa, procurou o Governo ligar a esta incumbência um setor de Geografia e outro de Cartografia. O primeiro foi incumbido de elaborar uma divisão do país em grandes regiões, fazendo-o com grande maestria, se levamos em consideração o nível de informações existentes sobre o espaço brasileiro na quinta década do século XX (1941-50), inteiramente dentro do conceito de região natural, formulado pelo naturalista italiano Ricchieri. Na realidade, o trabalho do geógrafo e engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães (1941) foi feito levando em conta cinco variáveis físicas para a grande divisão do espaço brasileiro — estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação —, ignorando o processo de ocupação deste espaço e até os ciclos econômicos em que era dividida a História do país, na ocasião muito prestigiada, face à publicação do trabalho de J. Normano (1945). E esta classificação regional era feita pouco antes dos estudos de Cholley (1951), em que o mestre francês chamava a atenção para o fato de que na elaboração das regiões geográficas se deveria levar em conta os domínios físicos, o meio natural e a organização feita pelo homem. Apesar de geógrafo, trabalhando em um Instituto de Geografia, Fábio Macedo Soares Guimarães, naturalmente influenciado por sua formação técnica de engenheiro, preferiu partir para uma divisão em regiões naturais, ao invés de uma divisão em regiões geográficas; uma divisão em que se consideraria a importância da atuação do homem, criando e modelando paisagens. Posteriormente (1956), em vista da grande extensão das regiões naturais e da grande diversificação existente em cada uma delas, foi que o IBGE partiu para uma subdivisão dessas regiões em zonas fisiográficas, levando em consideração a atuação do homem.

Ao mesmo tempo em que isto ocorria, vinham para o nosso país numerosos geógrafos estrangeiros, sobretudo franceses, que marcaram consideravelmente a nossa formação, como Pierre Mombeig, que, pontificando na Universidade de São Paulo, foi o responsável pela formação lablachiana de grande número dos nossos geógrafos. Daí vemos que, nas numerosas teses de doutoramento e de cátedra apresentadas à USP nas décadas de 40 e 50, dominou um esquema em que o geógrafo analisava o meio físico, sobrepunha a ele os dados humanos e finalmente analisava as atividades econômicas. A formação histórica, ministrada paralelamente à geográfica (o curso era, como salientamos, de Geografia e História), produziu teses como a de Renato Silveira Mendes (1950) e a do próprio Mombeig (1952), em que os estudos eram realizados com muita ênfase histórica, de vez que eram feitas sob a forma de uma análise de processo, no primeiro caso com mudanças de culturas, e no segundo com a expansão dos cafezais. Influência que

se estende até o livro-guia do Congresso Internacional de Geografia sobre a Marcha do Café, elaborado por Ari França (1960), apesar de este geógrafo ter sido bastante influenciado pelo pensamento de Max Sorre, muito biológico ou ecológico, como demonstrou em sua tese de cátedra (FRANÇA, 1954).

Nas décadas de 40 e 50, as principais contribuições ao desenvolvimento do conhecimento geográfico estão contidas nas teses e contribuições ligadas à Universidade de São Paulo e nos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia. Trabalhos esparsos, em número bem menor, embora de igual valor científico, podem ser assinalados na Bahia, em Pernambuco e em Minas Gerais, conduzidos geralmente pela atividade desenvolvida pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em suas reuniões anuais com um grande trabalho de recrutamento de geógrafos em potencial e de professores de Geografia e com a publicação de relatórios de pesquisas feitas durante as suas Assembléias Gerais anuais.

Também a influência, no Rio de Janeiro, do Professor Francis Ruellan, de orientação profundamente física, ele próprio um geomorfólogo, contribuiu para que os nossos geógrafos físicos, em sua grande maioria, desprezassem a contribuição do homem na modificação das condições naturais e passassem à discussão de problemas gerais de ordem mais geomorfológica do que de Geografia Física ou, se se preferir, de geomorfologia aplicada. Só posteriormente é que, com um maior amadurecimento e uma demanda de trabalhos de interesse prático por parte de repartições governamentais ou por institutos de pesquisa, é que passamos a ter estudos geomorfológicos mais comprometidos com a realidade, como as teses de Aziz Ab'Saber (1957) e de Gilberto Osório de Andrade (1956), para citar apenas algumas.

Os trabalhos eram feitos com uma preocupação muito local, mediante análises de pequenas áreas e descrição de paisagens, quase sempre sem uma preocupação de generalidades, de correlação de causa e efeito, situando os problemas nacionais em um plano internacional. Isto apesar de vivermos num país onde dominava uma economia colonial exportadora, inteiramente dependente do mercado externo. Procurava-se dar à Geografia um valor meramente cultural, contrapondo-a, em parte, à filosofia que deve ter norteado o Governo Vargas ao criar o IBGE, que deveria ser um dos esteios de sua política modernizadora de estrutura e, até certo ponto, nacionalista.

Isolando-se dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, mais preocupados com os aspectos culturais da Geografia que com a sua possibilidade de utilização política e social,

deram os geógrafos uma pequena contribuição ao debate dos grandes problemas nacionais como o do desenvolvimentismo, o da reforma agrária, o da industrialização, etc., que empolgaram sociólogos e economistas dos fins da década de 50 e 60. Alguns geógrafos justificavam este afastamento do debate dos problemas nacionais por considerarem-nos não geográficos, já que admitiam uma orientação que considerava a Geografia como simples conhecimento acadêmico, sem grande interesse prático. Daí haver sido o nosso livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, editado em 1963, muito mais debatido por sociólogos e economistas que por geógrafos, por ter sido lançado numa época em que o tema Reforma Agrária estava em evidência, enquanto estudávamos as formas de relações de trabalho e o modo de produção dominante no campo, que seria, naturalmente, a base para qualquer projeto de reforma agrária (ANDRADE, 1963).

2. A REPERCUSSÃO DE NOVAS CORRENTES DE PENSAMENTO E A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A década de 60 iniciou-se com uma grande euforia de expansão do modo de produção capitalista e de apologia da sociedade de consumo. O sistema capitalista, através das grandes empresas multinacionais, não planejava mais o crescimento de sua produção e do seu mercado em termos de áreas territoriais de países, mas em termos de superfície da Terra. A ameaça socialista, dominante em um terço da superfície da Terra e consolidada com a vitória do Partido Comunista Chinês, contribuiu para a bipolarização mundial e para a unificação dos dois mundos, o primeiro adotando o sistema capitalista e liderado pelos Estados Unidos, e o segundo socialista e liderado pela União Soviética. Sobrava um Terceiro Mundo, formado pelos países classificados como subdesenvolvidos e que seria um campo de disputa científica, econômica e até mesmo militar entre as duas superpotências.

A expansão do sistema capitalista e a necessidade da implantação do seu modo de produção na maior extensão possível do Terceiro Mundo teria que ser feita com todas as armas e com todos os recursos disponíveis, a fim de barrar a expansão do sistema socialista, que levava a vantagem de ter uma economia planificada, em que os interesses dos Estados não eram contestados pelas divergências de interesses entre grupos econômicos nacionais ou internacionais. O objetivo do lucro imediato e cada vez maior provocava um desinteresse pela conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. O curto prazo se sobrepunha ao médio e ao longo prazo. Não havia, em época de crescimento e euforia, uma preocupação com a conservação de certos recursos, como o petróleo, o cobre e as madeiras, porque, acreditava-se,

o desenvolvimento tecnológico obteria matérias-primas que os substituíssem na ocasião em que eles se tornassem escassos. Esta concepção provocaria uma séria contradição, de vez que os grupos econômicos, interessados em aproveitar ao máximo os recursos naturais que controlavam, impediam ou tornavam antieconômica a procura de sucedâneos para os recursos mais utilizados. Exemplificando: dificultou-se a pesquisa científica em torno de fontes de energia, como a solar, a maremotriz, a eólica e até a nuclear, para que as grandes companhias petrolíferas e os Estados a elas ligados pudessem ter maior renda e um maior poder político no mundo em determinado momento histórico. Daí a impregnação da ideologia do desenvolvimentismo, sem levar em conta uma racionalização da utilização dos recursos naturais e a procura de uma melhor qualidade de vida para a população.

Esses princípios e idéias predominaram, na fase eufórica de grande crescimento econômico capitalista, em todas as ciências sociais. No Brasil projetou-se, em nome do desenvolvimento, uma política rodoviária agressiva, estimulando a abertura de grandes rodovias e o uso de automóveis individuais, sem levar em conta o crescimento do consumo de um produto que não possuíamos, dependente de importação, como o petróleo. Com isto se abandonou uma política ferroviária, iniciada nos meados do século passado pelo Visconde de Mauá e que poderia utilizar em larga escala a energia hidrelétrica, em que o Brasil é rico. Só recentemente, quando as cidades cresceram de forma exponencial, marginalizando grande parte de sua população, é que o problema da "qualidade de vida" vem preocupando a técnicos, cientistas, administradores e políticos.

O compromisso com o crescimento econômico não racionalizado, com o chamado "progresso", provocou a formação de escolas, nas várias ciências sociais, que procuraram abstrair as conseqüências negativas deste crescimento e projetar apenas as vantajosas, utilizando para isto o método matemático-estatístico. E a Matemática e a Estatística, ciências que dão excelente contribuição quando utilizadas como meios, como instrumentos, passaram a ser utilizadas como um fim, como se os problemas econômicos e sociais não fossem também e principalmente qualitativos. O quantitativo, naturalmente, mede o fato que é em essência qualitativo. A substituição do qualitativo pelo quantitativo e o uso de indicadores numéricos com exclusividade para interpretar situações, às vezes até com a importação de uso generalizado de palavras de outras línguas, apesar de poderem ser traduzidas, foram levados ao máximo pelos economistas com a escola marginalista, pelos sociólogos com a escola funcionalista e, finalmente, pelos geógrafos com a chamada Nova Geografia ou Geografia Quântica ou Quantitativa. Da mesma

forma que os marginalistas em Economia procuraram retirar dela o interesse público — até o nome consagrado de Economia Política foi substituído por Economia ou Ciência Econômica —, dedicando-se a servir às empresas, certamente por considerar que os interesses destas coincidiam com os do Estado, e os funcionalistas em Sociologia esqueceram os ensinamentos dos grandes sociólogos para se furtarem a uma explicação histórica, os geógrafos quantitativistas, como novos iconoclastas, passaram a renegar todo o conhecimento geográfico anterior e a formular, baseados nos métodos estatísticos e em técnicas quantitativistas — cadeia de Markov, análise fatorial, etc., o que chamavam de uma Nova Geografia. Esqueciam que a aplicação destes métodos deveria e poderia ser feita, quando necessário, sobre fatos qualitativos que resultaram de um processo, de uma evolução, cujo conhecimento era indispensável à compreensão científica. E esqueciam também que não tendo, no mais das vezes, uma boa formação matemática e estatística, iriam os novos geógrafos, algumas vezes, violentar em seus trabalhos conhecimentos científicos estruturados por especialistas nestas ciências.

A nova contribuição científica era elaborada em países de diferentes sistemas políticos, como a União Soviética, a Suécia, a Grã-Bretanha e, sobretudo, os Estados Unidos, onde os interesses dominantes levavam os estudiosos a pensar na superfície da Terra como um todo uniforme e a desejar, para manter uma estrutura de dominação, que o pensamento científico se tornasse o mais possível abstrato, divorciado da realidade, a fim de impedir que se pusesse em dúvida este sistema de dominação. Na verdade, utilizar dados estatísticos obtidos com alguma precariedade, formular matrizes e programas para computação eletrônica, manipulando estes dados com a finalidade de provocar certas conclusões, dava, conforme os fins almejados, mais objetividade. Evitava-se a pesquisa de campo, a observação direta e a pesquisa histórica, que necessitavam de maior emprego de tempo e provocavam o levantamento de problemas que demandavam mais estudos e reflexões para se chegar a alguma conclusão. Daí a generalização do uso de modelos matemáticos como fim e não como meio e a formulação de modelos inflexíveis que deveriam funcionar para qualquer país, em qualquer tempo.

O funcionalismo sociológico, o marginalismo econômico e o quantitativismo geográfico, elaborados em países desenvolvidos e baseados em análises horizontais, com dados de um determinado momento, dificilmente poderiam ser aplicados aos países ditos em desenvolvimento, ao Terceiro Mundo. Isto porque ignoravam um processo de evolução resultante de uma distorção na economia do país, provoca-

do pela política colonial, derivada da divisão internacional do trabalho. Ignoravam que no período colonial a economia dos países do Terceiro Mundo fora organizada para fornecer matérias-primas a baixo preço aos países industrializados, e que seu mercado fora orientado no sentido de consumir produtos manufaturados importados. Mesmo quando se desenvolve uma indústria de substituição de importações, esta dominância colonial não desaparece, de vez que os países industrializados implantam filiais de suas indústrias nos países coloniais, beneficiando-se da mão-de-obra barata, da diminuição dos preços dos transportes, da libertação do pagamento dos impostos aduaneiros, passando a se beneficiar do comércio invisível de títulos e de dinheiro. O colonialismo provocara grandes distorções na utilização do espaço, com a hipertrofia das cidades portuárias e administrativas, com a construção de estradas de penetração, ao invés de uma rede viária, com o desenvolvimento de culturas comerciais em detrimento das culturas destinadas ao mercado interno, com a deterioração do meio ambiente, face à implantação de indústrias poluidoras sem a utilização de medidas antipoluentes.

A visão sistêmica, a aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à Geografia, apresenta alguns aspectos positivos ao lado de outros negativos. Primeiramente, não há uma certa uniformidade nesta teoria; em segundo lugar, ela tem uma base organicista, tendendo a confundir o sistema social com um organismo (CHURCHMON, 1972), e em terceiro lugar ela procura fazer um diagnóstico do existente e estabelecer a meta do desejado, procurando estabelecer o caminho para atingir esta meta. Ora, há grandes diferenças entre um sistema social e um organismo, fato que já foi comprovado desde o início do século, quando o organicismo de Herbert Spencer foi recusado e combatido, e depois, o que é desejado por uns não o é por outros. Assim, o desejado pelas classes dominantes pode se contrapor de forma radical, ou ao menos se diferenciar do que é desejado pelas classes dominadas. Também devemos nos lembrar que a Geografia, sendo considerada pelos seus principais líderes como uma ciência de síntese, já encarava os fatos como complexos e procurava estudá-los como um sistema, embora não usasse esta expressão antes dos trabalhos de Bertalanfy (1973). A teoria dos sistemas leva a um raciocínio dentro de uma lógica formal, que encara os fatos como estáticos e não como o resultado de um processo que está permanentemente em evolução, em transformação. Talvez fosse interessante analisar os fatos geográficos e econômico-sociais dentro de uma lógica dialética, como o faz a escola hegeliana.

Em um país como o Brasil, com extensão territorial de um continente, com enormes diferenças de desenvolvimento entre as várias re-

giões e que se encontra num processo evolutivo muito acelerado, sofrendo grandes mudanças, a utilização de uma lógica dialética auxiliaria uma melhor compreensão dessas mudanças e a realização de melhores trabalhos de prospectiva.

Estes problemas que levantamos devem ter estado presentes nos estudos e nas pesquisas das mais expressivas figuras de geógrafos quantitativistas estrangeiros, levando homens como o sueco Bunge e o inglês Harvey a mudar as posições anteriores e a revisar muito do que ensinaram na fase mais atuante e de dedicação quase religiosa com que pregaram o quantitativismo geográfico. Para os estudiosos da ciência geográfica, sobretudo para aqueles que aceitaram uma Nova Geografia de forma dogmática, quase como uma posição religiosa, seria interessante que estudassem e comparassem duas obras de David Harvey, o *Explanation in Geography* e o *Social Justice and the City*; veriam que o ilustre geógrafo inglês reformulou inteiramente o seu pensamento entre 1969 e 1973, assumindo hoje uma posição dialética, posição esta que o aproxima muito da investigação histórica e da reflexão filosófica, valorizando o qualitativo e considerando o quantitativo como complementar. Seria interessante que os seus discípulos brasileiros realizassem um estudo de síntese do segundo livro e publicassem artigos resumindo as idéias nele contidas, a fim de que, comparando com o excelente artigo de Speridião Faissol sobre o primeiro livro³, se possa compreender a evolução do pensamento do ilustre geógrafo inglês.

De qualquer forma, a introdução da Geografia Quantitativa no Brasil, que encontrou seus grandes defensores no IBGE e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, prestou um grande serviço à Geografia porque, lançando com grande veemência um movimento contestatório, provocou a intensificação dos estudos geográficos e chamou os nossos geógrafos a uma reflexão maior sobre a teoria geográfica. Daí a grande utilidade do modesto mas radical *Boletim de Geografia Teorética* e da revista *Geografia*, mais recente e menos radical, que o substituiu. Na realidade, esta revista procura ser uma ponte entre a chamada Geografia Teorética e a também chamada Geografia Tradicional, procurando fazer com que da tese e da antítese resulte uma síntese. Contudo, em seus dois primeiros números, ela continua bastante teorética, fato que resulta tanto da grande capacidade produtiva dos jovens geógrafos — Christoffoletti, Ceron e outros — como de uma certa reserva frente à revista por parte dos melhores geógrafos ditos tradicionais do Brasil.

3 Comentário bibliográfico e notas à margem: "Explanation in Geography" de David Harvey. Revista Brasileira de Geografia, ano 34, nº 2. Págs. 81-120, Rio de Janeiro, 1972.

3. A GEOGRAFIA E A REALIDADE BRASILEIRA

Somos daqueles que pensam já haver chegado a hora de se procurar escrever a história do pensamento geográfico brasileiro, procurando situá-lo face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira. Não concordamos com aquela distinção feita por geógrafos mais apressados, geógrafos de formação francesa — os do passado — e geógrafos de formação norte-americana — os mais jovens — que, a nosso ver, depõe contra a capacidade intelectual dos classificados e dos que classificam. É a consagração pura e simples de uma ideologia colonialista, de que existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, americanos, russos ou chineses. Acreditamos que a inteligência brasileira é capaz de, sem desprezar a contribuição dos povos mais desenvolvidos, elaborar os seus princípios teóricos, os seus modelos e a sua ideologia. Acreditando na capacidade de reflexão dos nossos geógrafos é que consideramos como mais válido desafio o da realização de uma análise da evolução do pensamento geográfico no Brasil, a fim de que em nossos livros, artigos, teses e dissertações possamos distinguir o que é aceito de autores de outros países do que é contribuição original dos nossos técnicos, dos nossos cientistas. E esta contribuição nacional existe, não temos dúvida, porque nós nos deparamos com um país de dimensões continentais, com uma grande diversidade de modos de produção e níveis de desenvolvimento e com uma problemática multivariada, que impedem a generalização, para o nosso espaço, de conclusões tiradas face a observações e a desafios de realidades bem diversas, oriundas de outros desafios, próprias dos países de clima temperado e de elevado nível de desenvolvimento.

Daí acharmos da maior importância o estudo e a meditação sobre o que escreveram cronistas e viajantes sobre nosso país. A realidade brasileira deslumbrou e atraiu a curiosidade de todos os que aqui chegaram e sobre ela escreveram, desde o escrivão da armada descobridora — Pero Vaz de Caminha — até os geógrafos que nos visitaram no século XX. Por isso, quando pensamos em elaborar modelos para o Brasil, não devemos procurar nos informar de modelos ideais, abstratos, elaborados em outros continentes, mas procurar conhecer a nossa realidade e os desafios que ela apresenta. Daí dizermos ser da maior importância o conhecimento das obras dos primeiros cronistas, como Pero de Magalhães Gandavo, Ambrósio Soares Brandão, Gabriel

Soares, Hans Staden e Fernão Cardim, que conheceram o nosso país nos primeiros anos de colonização e emitiram opiniões sobre a forma como se procedeu à conquista e à ocupação do território, sobre a estruturação de um sistema econômico que voltou a adotar o modo de produção escravista visando ao desenvolvimento de um comércio capitalista, ou pré-capitalista. Os documentos holandeses do século XVII, feitos com o fim de orientar a conquista e consolidar a ocupação, também são muito ricos em informações de interesse geográfico, podendo e devendo ser utilizados em larga escala. Do século XVIII dispomos, dentre outros trabalhos, do estudo de síntese, verdadeiro relatório dos vários sistemas ou subsistemas de exploração dos solos e de organização sócio-econômica, feita por Antonil (1667) e largamente utilizado nos dias de hoje por historiadores e sociólogos. Do século XIX, quando o sistema colonial português, profundamente atingido pelas guerras napoleônicas, atingiu o máximo de deterioração e permitiu a visita ao nosso país de cientistas e viajantes estrangeiros, chegando até a estimular a vinda de técnicos e artistas como os que compunham a Missão Francesa, de engenheiros como Varnhagen e Eschwege, dispomos de livros interessantíssimos, como o do próprio Eschwege⁴, os de Saint-Hilaire⁵, Spix e Martius (1817), etc. Cientistas e viajantes, escrevendo muitas vezes memórias ou meros roteiros de viagem sem um interesse científico, deram depoimentos indispensáveis à compreensão da problemática atual, de vez que a raiz da maioria dos nossos problemas se encontra no sistema colonial que dominou o país de 1500 a 1822 e que até hoje não foi extirpado. A série de medidas modernizadoras não atingiu o cerne do sistema; ao contrário, procurou, a cada dia, adaptar um sistema anacrônico a um momento histórico, fazendo prolongar a sua existência.

Mais modernamente, uma série de livros de grande interesse geográfico foi escrita por historiadores, sociólogos e economistas, como *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, do historiador Capistrano de Abreu (1976), no qual é estudado o processo de povoamento do interior do país, levantando hipóteses e tirando conclusões ainda hoje de grande atualidade.

Substancial também, embora às vezes preconceituosa, é a contribuição de Euclides da Cunha em livros como *Os Sertões*, em que faz a interpretação dos fatos desenrolados em Canudos, reduto de fanáticos confundidos por republicanos radicais como restauradores monarquistas, e a excelente, embora já bastante ultrapassada, visão da

4 *Pluto Braziliensis*. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, s/d.

5 As obras deste autor estão divididas em vários livros publicados pela Companhia Editora Nacional em sua coleção Brasileira.

Amazônia, exposta nos artigos publicados em *A Margem da História*⁶. Joaquim Nabuco, em livro polêmico e de campanha política em favor da libertação dos escravos⁷, ao analisar a contribuição dos africanos ao desenvolvimento e à ocupação do espaço brasileiro e ao polemizar sobre a posse e o uso da terra, dá uma contribuição sócio-geográfica de grande atualidade aos geógrafos de hoje. É impressionante como o político pernambucano, apesar de sua fidelidade à Monarquia, compreendia a problemática agrária brasileira, e como foi conseqüente em sua ação política. Grande também é a contribuição do historiador e economista Caio Prado Junior (1943) em sua principal obra, quando faz um levantamento da evolução brasileira no fim da época colonial, explicando o processo de povoamento, indicando a ideologia e as necessidades que levaram os portugueses à política de ocupação de um território tão vasto e à modificação destas metas em face da necessidade de adaptação a uma realidade bastante diferente da imaginada, da idealizada pelos nossos colonizadores. Neste livro, meditando sobre o que nele está escrito, podemos tirar conclusões sobre a necessidade de reformulação permanente de modelos, de metas, todas as vezes que se for aplicar esses modelos ideais a uma realidade pouco conhecida, pouco analisada.

Interessante sobretudo àqueles que fazem uma Geografia Social na escola de Paul Claval é o conhecimento do livro de Raimundo Faoro *Os Donos do Poder* (1975), onde este autor analisa a formação da sociedade brasileira, aplicando até certo ponto a teoria weberiana, contrapondo uma interpretação patrimonialista à interpretação feudalista da formação brasileira, aceita por numerosos ensaístas. Em seu patrimonialismo, analisa o controle do poder através de quase cinco séculos por um funcionalismo burocrático que liga às funções públicas a propriedade da terra, adaptando as estruturas de poder às contingências históricas. E do manejo da produção e controle do poder burocrático depende, em grande parte, o processo de organização do espaço, objeto básico do conhecimento geográfico.

Assim, indicações e perspectivas geográficas são encontradas numa série de livros de autores não-geógrafos, como Sérgio Buarque de Holanda (1976), Gilberto Freyre (1936), Djacir Menezes (1937), Florestan Fernandes (1975), Fernando Henrique Cardoso (1962), Manuel Diegues Junior (1959), Antônio de Barros Castro (1976), Alberto Passos Guimarães (3 ed.), Amélia Colhn (1976) e José Sérgio Leite Lopes (1976), que, como economistas sociólogos, historia-

6 Obra completa em 2 volumes. Companhia José Aguilar Editora. Rio de Janeiro, 1966.

7 *O Abolicionismo*. Instituto Progresso Editorial. São Paulo, s/d.

dores, antropólogos, etc., procuram analisar em livros, teses e artigos a realidade brasileira, sob prismas técnicos profissionais e orientações filosóficas as mais diversas. Nesses trabalhos, estudando problemas como o da urbanização, das migrações, da posse e uso da terra, dos modos de produção, abordam os mais importantes tópicos que estão ligados à organização geoeconômica do espaço brasileiro, fornecem informações e interpretações do maior interesse geográfico. Constituem uma bibliografia indispensável para os especialistas em Geografia, de vez que, se esta ciência serve para fazer a guerra, como salienta Yves Lacoste (1976), serve também para analisar as estruturas que contribuem tanto para a preservação do subdesenvolvimento como para fornecer as indicações necessárias ao planejamento do desenvolvimento econômico e social. Estudando a contribuição de não-geógrafos para o desenvolvimento do conhecimento geográfico, não podemos deixar de chamar a atenção para a obra do historiador e economista Nelson Werneck Sodré, que depois de publicar alguns livros de grande importância para os estudos geográficos (1944), lançou uma *Introdução à Geografia* em que debate problemas ligados à Geografia e à Ideologia (1976) e como que, em forma polêmica, procura trazer os geógrafos brasileiros à discussão dos problemas ligados a uma teoria geográfica. Problemas que vêm preocupando, embora em outra linha de pensamento, com outra orientação, os principais responsáveis pela revista *Geografia*⁸. Lastimamos apenas que Nelson Werneck Sodré tenha mantido em seu livro uma posição de análise do pensamento geográfico em termos internacionais, seguindo, até certo ponto, o modelo de Paul Claval (1975), e não tenha aprofundado a sua análise do pensamento geográfico no Brasil que, ao nosso ver, necessita ser realizada em estudo demorado, de detalhe. Entretanto, seu livro vem constituir-se num ponto de partida que pode ser utilizado, tanto pelos que o apóiam como pelos que o contestam, para uma interpretação dos objetivos do desenvolvimento do conhecimento geográfico, visando a formar uma teoria geográfica. Teoria geográfica que pode ser comprometida com as técnicas de matematização e com modelos abstratos ou, ao contrário, que, preocupada com a realidade brasileira e sem ignorar os métodos matemáticos e as grandes abstrações, comprometa-se a dar, baseada no conhecimento do processo de desenvolvimento, uma contribuição à solução dos grandes problemas que dificultam o desenvolvimento econômico e social do país. Poderíamos perguntar: deve a Geografia desenvolver-se para o mero devaneio intelectual dos cultores desta ciência ou deve a Geografia desenvolver-se visando a fornecer condições para a racionalização da organização do espaço brasileiro e, conseqüente-

8 Números 1 e 2, respectivamente, de abril a outubro de 1976. Editora HUCITEC, São Paulo.

mente, para oferecer uma contribuição à solução dos principais problemas que freiam o desenvolvimento da nossa sociedade? Claro que a resposta será dada por cada um, conforme as suas concepções filosóficas e os seus interesses pessoais.

Mas qual a contribuição dos geógrafos ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil? Qual a posição que vêm os mesmos tomando frente aos grandes problemas do país, e qual a contribuição que vêm dando à solução dos mesmos? Infelizmente, o produto dos trabalhos dos geógrafos, salvo poucas exceções, não vem tendo a divulgação que merece, em vista de serem trabalhos publicados em revistas especializadas ou que resultam de teses de doutoramento e de livre-docência ou de antigos concursos de cátedra, com tiragem reduzida e acesso difícil até para os especialistas. Dentre os geógrafos que tiveram trabalhos com maior divulgação em livros, temos que salientar Josué de Castro⁹, que abordou sobretudo o problema da fome e suas causas, tanto naturais como sociais, e, em menor escala, estudos de maior interesse como os de Orlando Valverde (1957) e Pasquale Petrone (1966), sobre colonização e sobre relações de trabalho no meio rural e de planejamento regional (ANDRADE, 1976, 1973), de Lysia Bernardes, de Pedro Geiger e de Speridião Faissol, sobre a problemática urbana — estes dois dando grande destaque em seus últimos trabalhos ao uso de métodos matemáticos e demonstrando uma grande aceitação dos ensinamentos de Brian Berry e de David Harvey, em sua primeira fase¹⁰ —, de Milton Santos, sobre problemas ligados à lavoura cacaueira (1957), à problemática urbana (1973) e, mais recentemente, à teorização da organização do espaço (1975), de J. R. de Araujo Filho, sobre organização portuária e o importante papel desempenhado pelos portos no processo de ocupação e utilização econômica do espaço geográfico (1969 e 1974), de Jurgen R. Langenbuch, sobre estrutura urbana metropolitana, ao analisar o caso de São Paulo (1974), de Mário Lacerda de Melo, sobre a geografia do açúcar no Nordeste (1976) e o processo de proletarização do trabalhador rural, de Sylvio Bandeira de Melo e Carlos A. Figueiredo Monteiro, visando a uma interpretação sistêmica da Geografia, de Bertha Bekor, procurando aplicar o modelo centro-periferia ao espaço

9 *Geografia da Fome e Geopolítica da Fome*, que tem tido edições sucessivas pela Editora Brasiliense de São Paulo.

10 Lysia Bernardes e outros, *O Rio de Janeiro e sua Região*. IBGE, Rio de Janeiro, 1964. Dos outros dois geógrafos existem numerosos artigos, dentre os quais salientamos: Pedro Geiger, "Reorganização do Espaço no Brasil em Política de Desenvolvimento Urbano: aspectos metropolitanos e locais", editado por José Barat IPEA/INPE, Rio de Janeiro, 1976, e de Faissol, "O Sistema Urbano Brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento", *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 35, nº 14. Rio de Janeiro, 1973.

brasileiro, de Rosa Esther Rossini, trazendo para o campo geográfico os estudos muito desenvolvidos por sociólogos e antropólogos sobre a desorganização do trabalho no meio rural e as conseqüências da proletarização do trabalhador rural, dando origem ao fenômeno dos chamados "bóias-frias" (ROSSINI, 1975), de Manoel Seabra, com os estudos ligados ao cooperativismo e ao abastecimento de grandes centros urbanos (1971), de Maria Adélia de Souza, sobre hierarquia urbana (1975), de Alexandre Filizola Diniz, com a preocupação de análise das estruturas agrárias e de regionalização, tentando utilizar racionalmente os métodos matemático-estatísticos e dar uma base filosófica às suas divagações geográficas (1968), de Lea Goldstein, sobre a geografia industrial (1972), ou as preocupações metodológicas e de estudos regionais que vêm caracterizando os trabalhos de Armando Corrêa.

Mencionamos apenas alguns trabalhos, embora sabendo que com isto estamos incorrendo em injustiça, ao deixar de mencionar uma série de outros estudos que merecem uma análise mais acurada, mais detida em suas fundamentações filosófico-científicas, em sua metodologia e em suas conclusões, valiosas para a interpretação e solução dos problemas brasileiros. Daí estarmos, faz alguns anos, procurando fazer um levantamento dos estudos geográficos que vêm sendo publicados no Brasil, em livros, revistas, teses e dissertações, visando à elaboração de um trabalho sobre a evolução e as tendências do pensamento geográfico no Brasil. Estudo que se nortearia não só por uma visão setorial da Geografia, classificando os trabalhos por assuntos em geomorfológicos, climáticos, pedológicos, hidrográficos, populacionais, agrários, industriais, de serviços, etc., mas também por uma visão de síntese, admitindo que a Geografia é a "ciência que estuda a organização do espaço", interessando-lhe tanto as implicações físicas como as humanas, e, conseqüentemente, em que se interpenetram todas aquelas especialidades. Trabalho que esperamos levar anos em sua elaboração, face às contribuições mais variadas e à dificuldade de acesso a grande parte das obras publicadas em edições limitadas, não comercializadas e com fins específicos.

Este levantamento analítico a que nos dedicamos no momento não é resultado de um mero interesse didático-científico, mas parte da convicção de que a literatura geográfica e parageográfica não vem tendo a repercussão que merece nos meios universitários e culturais e que a mesma contém uma contribuição válida para a interpretação e apresentação de soluções à maioria dos problemas nacionais. E isto é feito em um momento estratégico, propício, de vez que, vivendo uma fase de crise da sociedade de consumo, devemos concluir que o problema do planejamento e do desenvolvimento econômico e social não é um problema único dos economistas, mas de todos os cientistas sociais, se-

jam eles geógrafos, demógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, etc. É também o momento em que já se sofreu bastante para concluir que o subdesenvolvimento e o crescimento patológico não podem ser analisados apenas em seus aspectos quantitativos e medidos por médias como a renda *percapita*, a porcentagem de população urbana, a população total, o consumo médio de energia por habitante/ano, o número de automóveis por habitante, etc. Isto porque, se as médias indicam tendências e posições, não podem ser utilizadas isoladamente para indicar níveis de desenvolvimento, de qualidade de vida ou de bem-estar. O cientista social deve, sem deixar de utilizar os dados estatísticos, basear-se no conhecimento histórico para compreender e explicar o processo que fez evoluir o sistema até o estágio atual, e compreender a estrutura de pressões que tentam sustar a evolução do sistema ou dirigi-la em benefício de determinados grupos sociais ou do conjunto da população. Daí admitirmos que os problemas de planejamento que visem a quebrar ou corrigir estruturas consolidadas ou em vias de consolidação e encaminhar o processo com a finalidade de consolidar a grandeza econômica e social do país, fornecendo à sua população uma melhor qualidade de vida, não podem ser confiados a determinados especialistas em ciências sociais, mas a equipes, cujas lideranças devem ser ocupadas não em razão da especialização dos quadros, mas em consequência da maior capacidade e experiência dos mesmos.

Concluindo, confessamos que este artigo foi concebido e escrito em caráter polêmico, com o fim de abrir um debate sobre o objeto, a metodologia adequada e os objetivos da Ciência Geográfica; e, como consideramos esta uma das ciências sociais, esperamos que este debate, se houver, seja aberto a especialistas dos vários setores das ciências humanas e/ou sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. de (1976) — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira — MEC.
- AB'SÁBER, A. N. (1957) — *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. Boletim 219 da FFCL — USP.
- ANDRADE, G. O. de (1956) — *Itamaracá (contribuição ao estudo geomorfológico da costa pernambucana)*, Revista do Arquivo Público, 7 (9), 8 (10), 9 (11), 10 (12): 89-167. Recife.
- ANDRADE, M. C. de (1963) — *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- (1973) — *A Terra e o Homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
- (1976) — *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. São Paulo, HUCITEC.

- ANTONIL, A. J. (1967) — *Cultura e Opulência do Brasil*. Introdução de A. P. Canabrava. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ARAÚJO FILHO, J. R. de (1969) — *Santos, o Porto do Café*. Rio de Janeiro, IBGE.
- (1974) — *O Porto de Vitória*. São Paulo, Instituto de Geografia da USP.
- BERNARDES, L. et alii (1964) — *O Rio de Janeiro e sua Região*. Rio de Janeiro, IBGE.
- BERTALANFY, L. V. (1973) — *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- CARDOSO, F. H. (1962) — *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, DIFEL.
- CASTRO, A. de B. (1976) — *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil*. Campinas, ed. mimeografada.
- CASTRO, J. de (1966) — *Geopolítica da Fome*. 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
- (1967) — *Geografia da Fome*. 10. ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CHOLLEY, A. (1951) — *La Géographie*. Guide de l'Étudiant. Paris, PUF.
- CHURCHMON, C. W. (1972) — *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- CLAVAL, P. (1974) — *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-Tau S. A. Ediciones.
- (1975) — *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-Tau S. A. Ediciones.
- COLHN, A. (1976) — *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- DIEGUES JÚNIOR, M. (1959) — *População e Propriedade da Terra no Brasil*. Washington, União Panamericana.
- DINIZ, A. F. (1968) — *Organização Agrária do Município de Araras*. São Paulo, ed. mimeografada.
- FAISSOL, S. (1973) — *O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise e Interpretação para Fins de Planejamento*. Revista Brasileira de Geografia, 35 (4).
- FAORO, R. (1975) — *Os Donos do Poder*. 2. ed. Porto Alegre, Editora Globo.
- FERNANDES, F. (1975) — *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FRANÇA, A. (1954) — *A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana*. Boletim 178 da FFCL — USP.
- (1960) — *A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras*. Guia de excursão nº 3 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE.

- FREYRE, G. (1936) — *Casa Grande & Senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro, Schmidt.
- (1936) — *Sobrados e Mocambos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GEIGER, P. P. (1976) — *Reorganização do Espaço no Brasil em Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais*. Rio de Janeiro, Josef Barat, IPEA-INPES.
- GOLDENSTEIN, L. (1972) — *Industrialização da Baixada Santista (Estudo de um Centro Industrial Satélite)*. São Paulo, Instituto de Geografia da USP.
- GUIMARÃES, A. P. (3. ed.) — *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GUIMARÃES, F. M. S. (1941) — *Divisão Regional do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, 3 (2).
- HOLANDA, S. B. (1976) — *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- LACOSTE, Y. (1975) — *A Geografia em História da Filosofia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, v. 7. p. 22-74.
- (1976) — *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris, François Maspero.
- LANGENBUCH, J. R. (1971) — *A Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LOPES, J. S. L. (1976) — *O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MELO, M. L. de (1976) — *O Açúcar e o Homem*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- MENDES, R. S. (1950) — *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*. Boletim CX da FFCL — USP.
- MENEZES, D. (1937) — *O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- MONBEIG, P. (1952) — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Librairie Armand Colin.
- NORMANO, J. (1945) — *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- PETRONE, P. (1966) — *A Baixada da Ribeira. Estudo de Geografia Humana*. Boletim 283 da FFCL — USP.
- PRADO JÚNIOR, C. (1943) — *Formação do Brasil Contemporâneo. A Colônia*. São Paulo, Livraria Editora Martins.
- ROSSINI, R. E. (1975) — *Contribuição ao Estudo do Êxodo Rural no Estado de São Paulo*. São Paulo, ed. mimeografada.
- SANTOS, M. (1957) — *Zona do Cacau*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- (1973) — *Geografía y Economía Urbanas en los Países Subdesarrollados*. Barcelona, Oikos-Tau S. A. Ediciones.

- (1975) — *L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris, Éditions M. Th. Génin.
- SEABRA, M. F. G. (1971) — *Vargem Grande: Organização e Transformação de um Setor do Cinturão Verde Paulistano*. São Paulo, Instituto de Geografia da USP.
- SODRÉ, N. W. (1976) — *Formação da Sociedade Brasileira e Oeste*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- (1976) — *Introdução à Geografia e Ideologia*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- SOUZA, M. A. de (1975) — *São Paulo, Ville/Région. Propositions Méthodologiques*. Paris, ed. mimeografada.
- SPIX, J. von & MARTIUS, C. F. P. von (1938) — *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- VALVERDE, O. (1957) — *O Planalto Meridional do Brasil*. Guia de excursão nº 9 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a formação do pensamento geográfico no Brasil e estabelecer suas vinculações com o pensamento geográfico dos países desenvolvidos e o seu grau de alienação ou de integração à realidade brasileira.

Dáí analisarmos a evolução do pensamento geográfico e a formação da Geografia como ciência autônoma nos fins do século XIX e sua repercussão no Brasil na primeira metade do século XX, procurando indicar a importância de certos fatos, como a introdução da Geografia nos currículos de cursos superiores e a contribuição de geógrafos ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil. Em seguida apontamos a influência de professores estrangeiros e a formação de uma escola influenciada pelos ensinamentos de Vidal de La Blache, ao mesmo tempo em que, com a fundação do IBGE, ligando a Geografia e a Estatística, se procurava utilizar o conhecimento geográfico com fins de melhor racionalizar a utilização do espaço brasileiro.

Após estas considerações, analisamos a penetração, no pensamento geográfico nacional, da chamada escola quantitativista, ou da Nova Geografia, e a importância que ela teve nas transformações da Geografia dita Tradicional. Finalmente, procuramos demonstrar como uma preocupação de ordem geográfica é encontrada em obras de cientistas sociais não-geógrafos e como uma grande corrente de geógrafos vem se preocupando com as implantações do processo de organização do espaço no desenvolvimento econômico e social do país. Concluímos formulando o desejo de que o artigo, sendo polêmico, provoque debates que melhor aprofundem o conhecimento do pensamento geográfico no Brasil.

SUMMARY

The object of this article is to analyse the formation of the geographic thinking in Brazil, as well as to establish its connections with the geographic thinking of underdeveloped countries and its degree of alienation or of integration into the Brazilian reality.

So we analyse the evolution of the geographic thinking and the formation of Geography as an autonomous science at the end of the 19th century, and its repercussions in Brazil at the first half of the 20th century; we try to indicate the importance of some facts, such as the introduction of Geography in the curriculum of the university studies and the contribution of geographers to the development of the geographic thinking in Brazil. After that we indicate the influence of foreign professors and the formation of a school influenced by Vidal de La Blache's teachings, while, with the foundation of IBGE, connecting Geography to Statistics, it was tried to utilize the geographic knowledge in order to rationalizing the utilization of Brazilian space.

After these considerations, we analyse the penetration, in the national geographic thinking, of the so-called quantitativist school, or the New Geography, as well as its importance in the transformations of the so-called Traditional Geography. Finally, we try to demonstrate how a geographic concern is found in the works of non-geographers social scientists, and how a great current of geographers is concerned with the implantations of space organization process in the economic and social development of the country. We conclude formulating the desire that this article, being polemic, provokes debates in order to deepen the knowledge of the geographic thinking in Brazil.

RÉSUMÉ

Dans cet article nous analysons la formation de la pensée géographique au Brésil, en établissant ses liens avec la pensée géographique dans les pays sous-développés et son degré d'alienation ou d'intégration dans la réalité brésilienne.

Ainsi nous analysons l'évolution de la pensée géographique et la formation de la Géographie comme une science autonome vers la fin du XIXe siècle, et sa répercussion au Brésil dans la première moitié du XXe siècle; nous essayons aussi d'indiquer l'importance de certains faits, comme par exemple l'introduction de la Géographie dans les cours supérieurs et la contribution des géographes au développement de la pensée géographique au Brésil. Ensuite nous montrons l'influence des professeurs étrangers et la formation d'une école influencée par les enseignements de Vidal de La Blache, en même temps que, avec la fondation de l'IBGE, qui a lié la Géographie et la Statistique, on essayait de se servir de la connaissance géographique pour mieux rationaliser l'utilisation de l'espace brésilien.

Après ces considérations, nous examinons la pénétration, dans la pensée géographique nationale, de l'école dite quantitativiste, ou de la Nouvelle Géographie, et son importance dans les transformations de la Géographie dite Traditionnelle. Enfin, nous essayons de montrer comme une préoccupation du type géographique se trouve dans des oeuvres de savants non-géographes et comme un grand courant de géographes se préoccupe avec les implantations du procès d'organisation de l'espace dans le développement économique et social du pays. En concluant, nous formulons le désir que cet article, étant polémique, provoque des débats pour mieux approfondir la connaissance de la pensée géographique au Brésil.